

Devedores retomam o crescimento

Ainda Ext

GAZETA MERCANTIL

7 OUT 1985

por Celso Pinto
de Seul

A fase recessiva do ajuste da dívida externa está esgotada. Este parece ser o mais claro consenso que deverá emergir da reunião anual do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial (BIRD), nos próximos dias, em Seul. Os passos concretos em direção à retomada do crescimento, contudo, deverão ser bastante cautelosos.

O FMI deverá reduzir sua presença, mas não deixará de atuar como supervisor da economia dos países devedores. O BIRD terá um papel mais agressivo, sem, contudo, alterar substancialmente suas regras de operação nem o volume.

Os bancos privados serão chamados a colocar mais recursos nestes países, em parte estimulados por garantias do Banco Mundial. A iniciativa dessa nova estratégia (ou nova fase) é global, mas as negociações continuarão seguindo restritos critérios de caso a caso. O crescimento deve ser

retomado, sem que os países afrouxem suas políticas de ajuste.

Esse desenho está claramente delineado na cabeça de altos funcionários do Banco Mundial e no "staff" do FMI. Deverá ser essa a linha geral de colocações da direção das duas instituições em Seul. O lado mais obscuro, por enquanto, é a definição precisa das propostas norte-americanas.

Em larga medida, esta mudança de tom retórico na discussão da dívida refletirá preocupações da administração norte-americana. O problema é que não existe uma, mas várias idéias em curso em Washington, algumas originadas do Departamento de Estado, outras do Tesouro. Até o final da tarde de sexta-feira, sabia-se que o próprio presidente do Banco Mundial, Alden Clausen, desconhecia o teor concreto da proposta norte-americana.

A direção da avaliação dos Estados Unidos segue a trilha do reforço ao papel do BIRD e uma indução a que os bancos privados en-

trem de forma mais substancial através da própria alavancagem do banco. Alguns falaram em criação de fundos especiais ou garantias, mas esta é uma hipótese pouco provável.

Mais fácil é descrever o que o FMI e o BIRD entendem dessas mudanças. Para o FMI, está claro que a alteração de ênfase não significa menos necessidade de ajuste econômico.

Os principais devedores conseguiram estabilizar o crescimento das dívidas.

O déficit em contas correntes na América Latina, que havia chegado a US\$ 43 bilhões em 1981, deverá cair para US\$ 8 bilhões neste ano (foi de apenas US\$ 5 bilhões no ano passado). Graças a isso, a taxa de expansão da dívida externa dos países latino-americanos, que havia chegado a 23% em 1981, caiu para 14% em 1982; 6% em 1983; 3% no ano passado; e deverá ficar entre 2 e 3% neste ano.

O problema é que a dimensão do estoque da dívida e a falta de fundos de financiamento tornam muito estreita a margem de manobra para as políticas econômicas desses países. Não é possível arriscar-se a uma flutuação forte no resultado do balanço de pagamentos, e isso exige persistência no ajuste. Para esses países, a dívida representa, em alguns casos, de 40 a 50% do PIB.

Retomar o crescimento depende, é claro, da manutenção de condições favoráveis da economia internacional, taxas razoáveis de crescimento e juros, menos medidas protecionistas e ajuste não traumático do déficit fiscal norte-americano.

Da mesma forma, contudo, depende da continuidade e da ampliação da oferta de recursos financeiros para esses países. Esse é o ponto em que o Fundo e o BIRD supõem poder encorajar.

(Continua na página 15)

Devedores retomam o crescimento

por Celso Pinto
de Seul

(Continuação da 1ª página)

O Fundo deverá reduzir o número de programas de empréstimo. A montagem simultânea de inúmeros programas desse tipo é encarada, na instituição, como uma situação transitória.

Ao mesmo tempo, no entanto, o FMI deverá reforçar uma de suas funções tradicionais, a de supervisionar as economias dos países-membros. O esquema de supervisão prolongada, a "unhanced surveillance", onde o Fundo discute a consistência do programa econômico e supervisiona sua execução a cada semestre, deverá ser mantido e ampliado. Ele não é excludente em relação à idéia de reforçar o peso do BIRD. Ao contrário, é entendido como complementar.

O BIRD, de sua parte, passaria a ter uma atuação mais agressiva, através dos chamados "policy loans", isto é, empréstimos cuja concessão está vinculada à discussão de aspectos básicos da política econômica e dos cofinanciamentos junto com bancos privados. Isto depende de uma maior oferta de recursos para o BIRD. Como sua direção sabe que

politicamente é muito difícil obter um aumento imediato de capital (especialmente porque há resistências no Congresso norte-americano), sairá satisfeita de Seul se receber uma firme autorização dos países-membros para ampliar, mesmo assim, suas operações.

Tecnicamente isto é possível por um período muito limitado de tempo. Para o próximo ano seria viável o banco atuar de forma mais agressiva. A partir daí, passaria a ser indispensável a aprovação de um novo aumento de capital. Caso contrário, até o final da década o banco passaria a enfrentar problemas para manter o ritmo de aumento das aplicações.

CAPITAIS

De toda forma, está implícito no esquema que o importante não é a quantidade em si do dinheiro que o BIRD colocaria nos países devedores, mas sim o volume que poderia atrair de capitais dos bancos privados. Em parte, os bancos poderiam ser estimulados por mecanismos diretos de seguro oferecidos pelo BIRD. Em outra medida, pela própria existência de programas de desenvolvimento a financiar.

Um ponto-chave, contudo, seria o aval técnico do

BIRD. Estes "policy loans" estão vinculados a condicionalidades abrangentes e duradouras. É certo que, ao contrário do Fundo, a visão por trás dos programas do BIRD é o crescimento e o longo prazo. Mas é igualmente certo que alguns dos pressupostos de sua condicionalidade são algumas vezes muito mais duros do que os do FMI.

O FMI e o BIRD trabalhariam em conjunto. Já existem experiências neste sentido como, por exemplo, o caso recente do Chile. Técnicos dizem que as supostas diferenças de opinião entre os "staffs" das duas instituições são "anedóticas".

ESTABILIZAÇÃO

O papel do Fundo é assegurar a estabilização, define David Knox, vice-presidente para a América Latina do BIRD. "No caso do Banco Mundial, esperamos pôr em prática algumas políticas complementares que permitam retomar o crescimento", completa.

"O Banco Mundial é a instituição que tem a 'expertise' para negociar com os países políticos para retomar o desenvolvimento", diz outro vice-presidente do BIRD, José Botafogo Gonçalves.

O fato é que os bancos querem uma presença

maior do BIRD no processo, como diz uma fonte financeira internacional. O banco abriria o caminho para uma nova abordagem. "A idéia central", define Botafogo Gonçalves, "é permitir uma redefinição do papel de todos os parceiros na questão da dívida."

Em boa medida, a iniciativa de procurar definir novo escopo para tratar do problema da dívida externa tem a intenção explícita de evitar uma deterioração da situação internacional.

"Os bancos estão nervosos", como explica uma fonte. O México já vinha preocupando, mesmo antes do desastre provocado pelo terremoto.

O que se quer é acender uma luz em Seul que abra horizontes. Na reunião do FMI realizada em Toronto, Canadá, pouco depois da declaração de moratória pelo México, em 1982, os bancos chegaram confiantes e saíram em pânico, ao perceberem claramente que nem os governos dos países industrializados nem as instituições internacionais estavam dispostos a respaldar suas posições. O ambiente hoje não é tão tenso, mas certamente ninguém quer correr o risco de que a crise da dívida volte a mostrar suas garras.